



**Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras
Tecnologias Sociais de Acesso à Água**

MODELO DA TECNOLOGIA SOCIAL DE ACESSO À ÁGUA Nº 26

Sistema Pluvial Multiuso Autônomo

**para ambiente de Várzea e com serviço de
acompanhamento familiar para a inclusão social e
produtiva**

Instrução Normativa SESAN nº 45, de 13 de agosto de 2024*

*Instrução regulamentada pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018 e Portaria nº 2.462, de 6 de setembro de 2018.

SUMÁRIO

1.	Definição da tecnologia.....	3
2.	Público-alvo.....	3
3.	Componentes/etapas.....	4
4.	Detalhamento da tecnologia social.....	5
4.1.	Mobilização, seleção e cadastro das famílias.....	5
4.1.1.	Encontro de mobilização territorial/regional.....	5
4.1.2.	Reuniões às famílias beneficiadas.....	6
4.2.	Processos Formativos.....	8
4.2.1.	Gestão da água e saúde ambiental.....	8
4.2.2.	Gestão da água para projetos produtivos.....	9
4.2.3.	Técnicas para a construção e manutenção dos componentes físicos.....	10
4.3.	Processo construtivo da tecnologia.....	11
4.3.1.	Escolha do local para implementação da tecnologia.....	12
4.3.2.	Componente para captação de água de chuva.....	13
4.3.3.	Estrutura para suporte do reservatório individual que abastece a Instalação Sanitária Domiciliar (ISD).....	15
4.3.4.	Instalação Sanitária Domiciliar.....	17
4.3.5.	Sistema de abastecimento de água domiciliar complementar.....	26
4.3.6.	Entrega de Filtro de Barro.....	29
4.3.7.	Placa de Identificação.....	29
4.3.8.	Remuneração dos envolvidos no processo construtivo.....	29
5.	Detalhamento da prestação do serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva.....	29
5.1.	Diagnóstico das famílias.....	30
5.2.	Elaboração de Projeto Produtivo.....	30
5.3.	Atividades Individuais e coletivas.....	32
6.	Custos diretos e indiretos para a implementação da tecnologia.....	33
6.1.	Considerações em relação ao meio rural da Amazônia.....	33
7.	Finalização e prestação de contas.....	34
8.	Resumo das atividades e dos custos que compõem a tecnologia social.....	36

1. Definição da tecnologia

O Sistema Pluvial Multiuso Autônomo é um modelo de tecnologia social composto por uma estrutura para captação de água de chuva do telhado, um dispositivo de tratamento da água, um reservatório individual elevado de 1.000 litros, um reservatório complementar de 5.000 litros, uma instalação sanitária domiciliar com 4 pontos de uso e uma fossa simplificada.

Além disso, a presente tecnologia prevê ainda a ampliação do telhado de domicílio em 20 m², como forma de viabilizar a captação de volume adequado de água nos casos em que o beneficiário não disponha de área suficiente ou material adequado para essa captação, a exemplo de telhados de palha.

Seu objetivo é proporcionar a cada unidade familiar a ampliação da capacidade de captação e armazenamento de água com qualidade, acessibilidade e privacidade, associado aos processos formativos para a gestão da água e construção e manutenção da tecnologia.

A tecnologia prevê ainda a realização de atividades associadas a serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva, na perspectiva de estruturar atividades produtivas dos beneficiários.

Como resultado, espera-se que a tecnologia e o envolvimento dos beneficiários em sua gestão e operacionalização possam a) promover a segurança alimentar e nutricional por meio da garantia do direito humano de acesso à água de qualidade e da inclusão produtiva; b) contribuir para o incremento da renda e do patrimônio dos beneficiários, a partir da geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadas; e c) estimular atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas.

Registra-se que essa tecnologia tem seus componentes adaptados para ambiente de várzea, que é um ambiente de planícies inundáveis invadidas por enchentes sazonais na bacia Amazônica.

O que é uma tecnologia social?

É um conjunto de técnicas e de métodos aplicados para a captação, o armazenamento, o uso e a gestão da água, desenvolvidos a partir da interação entre o conhecimento local e técnico, apropriados e implementados com a participação da comunidade. (Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018).

2. Público-alvo

O público-alvo potencial são famílias rurais de baixa renda, considerados aqueles com renda *per capita* de até meio salário-mínimo, e atingidas pela seca ou falta regular de água de qualidade adequada para consumo.

3. Componentes/etapas

A implantação de implantação da tecnologia social segue três etapas:

- Mobilização, seleção e cadastro dos beneficiários
 - Encontro de mobilização territorial/regional;
 - Reunião com os beneficiários.
- Processos formativos, envolvendo:
 - a gestão comunitária da água;
 - o uso adequado da tecnologia e da água armazenada e disponibilizada; e
 - técnicas para construção e manutenção dos componentes físicos da tecnologia;
- Construção/instalação dos componentes físicos associados à tecnologia;
- Serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva.
 - Diagnóstico;
 - Elaboração de projeto produtivo;
 - Realização de atividades individuais e coletivas para o acompanhamento do projeto e orientações técnicas.

Nota Explicativa

A transferência de recursos não reembolsáveis do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ocorrerá em conjunto com a prestação do serviço de acompanhamento familiar. Os recursos serão divididos em 02 parcelas:

(i) a primeira parcela será paga após a elaboração do projeto produtivo, tendo como requisitos o preenchimento dos formulários de diagnóstico e projeto em sistema eletrônico, assinatura do termo de adesão pela unidade familiar e aprovação dos documentos comprobatórios no SIG Cisternas ou outro sistema a ser indicado pela área técnica da SESAN/MDS;

(ii) a segunda parcela será paga com intervalo mínimo de 3 meses do pagamento da primeira parcela, após o envio de laudo pela entidade executora atestando o esforço da unidade familiar no projeto produtivo e autorizando a transferência do recurso. O fomento é sempre pago individualmente, a cada família. Caso o projeto produtivo proposto seja de cunho coletivo, sua implementação será viabilizada a partir dos

esforços e recursos financeiros disponibilizados por cada família, sendo responsabilidade da entidade executora promover ações de articulação para este fim.

4. Detalhamento da tecnologia social

4.1. Mobilização, seleção e cadastro das famílias

O processo é deflagrado pela entidade executora e diz respeito ao processo de identificação e mobilização das famílias com perfil socioeconômico e com características ambientais adequadas para serem contempladas com a tecnologia.

A previsão é que sejam realizadas as seguintes atividades: encontro de mobilização territorial/regional e reunião às famílias beneficiadas.

4.1.1. Encontro de mobilização territorial/regional

O objetivo dessa atividade é constituir espaço de participação e diálogo, na perspectiva de se identificar as famílias com perfil adequado e prioritárias para o atendimento.

Na atividade serão apresentadas informações relacionadas à implementação da tecnologia, incluindo orientações gerais sobre o processo construtivo, bem como sobre o acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva. Nesses encontros devem estar presentes lideranças locais, instâncias responsáveis pela gestão e saúde ambiental no território, membros de instituições representativas em âmbito local, como o poder público local, e outros atores a serem envolvidos no projeto.

A partir das discussões realizadas, serão identificadas as famílias com potencial para serem atendidas com o projeto, considerando os critérios mínimos para garantir a implantação e participação, a metodologia de trabalho e os critérios de priorização e seleção dos beneficiários.

A seleção dos beneficiários deverá ser realizada a partir de lista orientadora a ser encaminhada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, obtida junto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, e deverá observar pelo menos os seguintes critérios de priorização:

1. famílias com perfil Bolsa Família, com renda *per capita* mensal de até R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais), denominada linha de pobreza;
2. famílias de povos e comunidades tradicionais ou povos indígenas;
3. famílias chefiadas por mulheres;
4. famílias com maior número de crianças de 0 a 6 anos;
5. famílias com maior número de crianças e adolescentes em idade escolar; e
6. famílias com pessoas com deficiência.

Alternativamente poderão ser adotados outros critérios de priorização, a depender da localidade e da especificidade de cada projeto.

No processo de mobilização, poderá ser realizada busca ativa de famílias que não constam das listas orientadoras, mas que possuem o perfil e, por isso, podem ser atendidas mediante a prévia inserção no Cadastro Único com apoio do gestor municipal responsável.

No caso de beneficiários em terras indígenas ou unidades de conservação de uso sustentável, o atendimento deverá ser realizado na perspectiva de universalização do acesso à água da população que vive nesses territórios.

O produto da atividade será uma lista de possíveis unidades familiares a serem beneficiadas, e que farão parte das próximas ações de mobilização.

4.1.2. Reuniões às famílias beneficiadas

Trata-se de atividade a ser realizada com a família a ser atendida, com o objetivo de levantar as principais dificuldades e/ou problemas relacionados ao acesso à água, à produção e à comercialização, além de se identificar e cadastrar os beneficiários do projeto.

Nessa reunião, a ser realizada com cada família atendida, os beneficiários serão apresentados ao projeto, incluindo a descrição dos componentes físicos da tecnologia, o modelo de acordo de gestão comunitária a ser incentivado e as condicionantes de participação ao longo de cada etapa de execução do projeto. Também serão apresentadas as atividades envolvidas no acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva.

O número de reunião varia de acordo com as famílias beneficiadas e o seu formato também varia em função da forma de agrupamento dessas famílias no território. A estrutura de execução dessas reuniões deve garantir a participação de todas as famílias potencialmente beneficiadas.

A proposta é que seja utilizada metodologia participativa, com descrição da forma de participação da unidade familiar ao longo de cada uma das etapas de execução, enfocando o papel dos beneficiários no processo de autogestão do sistema.

Em um segundo momento, serão coletados dados sobre as características socioeconômicas, culturais e ambientais das famílias. A perspectiva é conhecer melhor a realidade das localidades a serem atendidas, de forma a facilitar o planejamento das ações no território.

Espera-se que ao final da atividade, sejam obtidos os seguintes resultados:

- I. Beneficiários compreendam o tipo de tecnologia que será implementada no território e das atividades e critérios para a execução do projeto produtivo, estando cientes das responsabilidades compartilhadas;

- II. Levantamento das características topográficas das unidades familiares, condições das moradias (tipo de telhado, altura do pé direito da casa etc.), e georreferenciamento dos locais de moradia e do local de implementação da tecnologia. Essas informações serão utilizadas para a definição das quantidades e tipos de materiais que serão utilizados nos componentes físicos da tecnologia social proposta; e
- III. Beneficiários identificados e cadastrados em sistema informatizado de gestão do Programa Cisternas.

Durante a reunião, técnico de campo deverá convidar o beneficiário e os atores sociais envolvidos com a saúde e o saneamento nas famílias beneficiadas, como Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Saneamento, se for o caso, para participarem dos processos formativos, de forma que tenham condições de desenvolver atividades educativas nas famílias beneficiadas.

No caso de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, nos processos de mobilização deverá ser garantida a tradução e interpretação ou adaptação do conteúdo para a língua ou para as características culturais a partir de prestador de serviço devidamente habilitado.

Caso a entidade executora seja selecionada e contratada por meio de Edital de Chamada Pública, esse requisito deve ser definido previamente, no próprio instrumento de seleção.

Custos Financiados e formas de comprovação

O processo de mobilização e cadastro dos beneficiários envolve a realização de um encontro ou assembleia territorial de até dois dias e com até 100 participantes, e de reuniões ou visitas às comunidades visando o cadastro dos beneficiários no SIG Cisternas.

A quantidade de encontros e reuniões está diretamente associada ao total de tecnologias a serem implementadas pela entidade executora. Dessa forma, na composição do custo unitário da tecnologia está vinculado um encontro ou assembleia para cada meta de até 100 famílias atendidas e de reuniões para o cadastramento de todos os beneficiários.

A realização do encontro ou assembleia inclui despesas com alimentação (lanche, almoço ou outro tipo), incluindo cozinheiro para o preparo das refeições, durante todos os dias, transporte/deslocamento dos participantes para o local, incluindo aluguel de embarcação, se for o caso, além do material a ser utilizado.

Para a reunião com as famílias, estão previstas despesas com alimentação dos participantes, além da logística de técnicos do ente/entidade executora para visitas às famílias para coleta de dados e cadastro dos beneficiários.

A título de comprovação da realização das assembleias e reuniões deverá ser gerada, para cada dia, lista de presença com o nome completo, assinatura e CPF dos participantes, instituição que o participante representa, além do nome do município e local e da data de realização. No caso das assembleias também deverá ser redigida uma ata da atividade. As listas de presença e a ata deverão compor a Nota Fiscal da execução dos serviços pela entidade executora, para fins de aprovação das metas no SIG Cisternas.

4.2. Processos Formativos

A formação de beneficiários para a gestão da água é parte essencial para a sustentabilidade da tecnologia. A experiência vem demonstrando que somente com o envolvimento dos beneficiários, e a devida conscientização e orientação, é possível garantir a adequada utilização da tecnologia e a maximização dos benefícios dela decorrentes.

O conteúdo dos processos formativos e as técnicas de ensino devem obrigatoriamente estar inseridos na realidade econômica e cultural dos beneficiários/participantes.

O processo formativo deve ser norteado por uma educação apropriada em todos os níveis, tendo como objetivos:

- possibilitar uma compreensão adequada do clima do bioma, ajudando-as a entender sobre as potencialidades e limitações da região, e do seu meio ambiente mais próximo;
- difundir os pressupostos da relação da disponibilidade de água ao longo do ano no bioma;
- detalhar todos os aspectos da tecnologia;
- capacitar a família para a gestão adequada da tecnologia, considerando suas potencialidades para melhoria da saúde, do bem-estar e para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

Nesse contexto, estão previstos três processos formativos, um relacionado à gestão comunitária da água e saúde ambiental, um relacionado à gestão da água associada a projetos produtivos e, por fim, um relacionado a técnicas de construção e manutenção dos componentes físicos da tecnologia.

4.2.1. Gestão da água e saúde ambiental

Essa atividade deve envolver um grupo de até 30 beneficiários, num processo que deve durar no mínimo 16 horas, distribuídas em pelo menos dois dias.

Nos dois dias as atividades contemplarão informações e orientações sobre as formas de utilização e gestão da água a ser disponibilizada, sendo que os principais temas a serem abordados são exemplificados abaixo:

- Cuidado e tratamento com a água reservada para consumo humano dentro do contexto do domicílio;
- Manuseio e tratamento da água utilizada para consumo humano;
- Monitoramento da qualidade da água disponibilizada para a população;
- Levantamento de doenças relacionadas ao saneamento;
- Relação entre saneamento, ambiente e saúde (doenças e como evitá-las);
- Operação e manutenção de todos os componentes da tecnologia.

O instrutor das atividades deverá ter um perfil condizente com a proposta do projeto, envolvendo habilidades pedagógicas adequadas, perfil voltado à educação popular e à prática da educação contextualizada. O material didático usado durante as atividades também deverá usar linguagem simples, dando preferência ao uso de ilustrações/figuras que mostrem as atitudes corretas, para que todos tenham acesso e entendimento do conteúdo exposto.

No caso de aldeias indígenas, deverá ser garantida a tradução e interpretação do conteúdo para a língua indígena a partir de prestador de serviço devidamente habilitado.

4.2.2. Gestão da água para projetos produtivos

Cada oficina em gestão da água para projetos produtivos envolverá um grupo de no máximo 30 beneficiários (admitindo-se uma variação de até 30%), num processo que deve durar 16 horas, dividida em pelo menos dois dias.

Essa atividade é um momento em que os representantes de cada família beneficiada refletem, junto com seus pares, as estratégias de uso e gestão da água em seus sistemas de produção. Como a chegada de uma nova tecnologia talvez não consiga por si só satisfazer as várias necessidades de água nos subsistemas de produção das famílias, estas são convidadas a refletir sobre os vários usos e interfaces na utilização e gerenciamento da água.

A atividade deve ter pelo menos o seguinte conteúdo programático:

- Introdução
 - apresentação do projeto e dos atores envolvidos;
 - abordagem sobre cidadania, segurança alimentar e nutricional e agroecologia;
 - pressupostos de adaptação/convivência climática;
- Manejo da água

- identificação das fontes de água e seus usos;
- compreensão do conceito de tecnologias sociais apropriadas de coleta e reservação de águas pluviais e de produção;
- Tecnologia social de acesso à água;
 - descrição (o que é, como funciona e para que serve);
 - recepção e guarda dos materiais e acompanhamento da instalação e construção;
 - opções de produção da família em função do volume de água reservada;
 - reflexão sobre a compatibilidade das opções; e
 - registro das opções de produção de cada família.

4.2.3. Técnicas para a construção e manutenção dos componentes físicos

A capacitação técnica para a construção das estruturas físicas da tecnologia social será realizada com até 10 pessoas, com duração de 40 horas, distribuídas em pelo menos cinco dias.

Os participantes serão orientados em relação às técnicas utilizadas no processo construtivo dos diversos componentes físicos. A atividade é teórica e prática, envolvendo a construção demonstrativa das estruturas físicas, e deve ser coordenada por um instrutor experiente, responsável por explicar e demonstrar todo o processo construtivo.

O objetivo é que sejam compreendidas as etapas do processo construtivo, de forma que seja executada com qualidade a construção dos componentes físicos nas famílias a serem atendidas. Esse processo é importante para que beneficiários tenham condição de realizar a autogestão da tecnologia implantada.

Os principais temas a serem abordados nessa atividade estão exemplificados abaixo:

- Diagnóstico nas unidades familiares: levantamento topográfico, caracterização dos domicílios, elaboração de um croqui da unidade familiar com a parte “urbanizada” e componentes ambientais (fontes de água etc.);
- Definição do local adequado para implementação do sistema complementar de abastecimento de água;
- Compreensão dos critérios de locação dos componentes físicos da tecnologia;
- Beneficiamento e construção dos componentes para a implantação da instalação sanitária domiciliar;

- Construção e implantação dos componentes para captação da água da chuva;
- Construção e implantação do sistema de abastecimento de água complementar;
- Implantação da instalação sanitária domiciliar e seus componentes.
- Operação e manutenção de todos os componentes que compõem a tecnologia;

Custos financiados e formas de comprovação

Para a realização dessas atividades serão custeadas despesas com alimentação para cada dia (lanche, almoço ou outro tipo), incluindo cozinheiro para o preparo das refeições, transporte/deslocamento dos participantes para o local do treinamento, além do material a ser utilizado nas oficinas e o pagamento de instrutor responsável por ministrar cada oficina.

No caso da capacitação técnica para a montagem e manutenção dos componentes físicos da tecnologia, a previsão é que seja realizada uma oficina para cada 100 tecnologias a serem implementadas.

A título de comprovação das atividades, deverá ser gerada, para cada dia, lista de presença com a assinatura ou digital dos participantes, contendo o nome do instrutor/facilitador, o local de realização, o nome completo e CPF do participante, e a identificação da comunidade do beneficiário.

Por fim, as atividades também deverão ser registradas no SIG Cisternas.

4.3. Processo construtivo da tecnologia

A tecnologia social Sistema Pluvial Multiuso Autônomo para ambiente de Várzea tem como objetivo proporcionar a cada unidade familiar um sistema domiciliar de captação e reserva de água de chuva, de forma a disponibilizar um nível de acesso à água para o consumo humano em quantidade, qualidade e acessibilidade que garanta benefícios a saúde, bem-estar e privacidade para famílias beneficiadas.

A tecnologia de que trata esta Instrução Operacional é constituída por um componente para captação de água de chuva do telhado, dispositivo de tratamento, um reservatório individual elevado de 1.000 litros, um reservatório complementar de 5.000 litros, uma instalação sanitária domiciliar, com 3 pontos de uso, inclusive vaso sanitário, uma pia de cozinha e um filtro de 8 litros com vela.

A construção da tecnologia no domicílio do beneficiário deverá ser iniciada apenas após a confirmação da participação do mesmo ou de pessoa que venha a representá-lo na capacitação em Gestão da Água e Saúde Ambiental.

A descrição dos materiais apresentadas nesta seção é referencial/exemplificativa, devendo ser ajustada com base no levantamento exato das quantidades e itens necessários para a implementação das tecnologias em cada um dos domicílios a serem atendidos. Tal levantamento deverá ser realizado pela entidade executora após a definição do local para implementação dos componentes da tecnologia.

Orientações

Os desenhos esquemáticos da tecnologia procuram representar a concepção de seus componentes físicos para o atendimento de suas funcionalidades face aos objetivos esperados.

Conseqüentemente, a relação dos itens de cada componente representa uma estimativa média da quantidade empregada no processo construtivo.

Para cada tecnologia implementada é necessário o levantamento detalhado da quantidade de material necessário, a partir do diagnóstico realizado em campo.

4.3.1. Escolha do local para implementação da tecnologia

A primeira etapa, antes de iniciar o processo construtivo, é identificar o melhor local para a instalação da tecnologia, processo esse que deve ser realizado integrando a equipe técnica das entidades executoras e os beneficiários. No caso do ambiente de várzea, a escolha do melhor local pressupõe a identificação do nível máximo de alagação detectado historicamente na comunidade. A definição desse nível é importante, pois o piso da instalação sanitária domiciliar, a base de suporte da caixa d'água do sistema de abastecimento complementar e a parte da fossa construída sobre o solo devem ser construídas acima desse nível de alagação.

Considerando que a captação da água se dá por meio de calhas instaladas no telhado da unidade familiar, a tecnologia deve ser construída nas suas proximidades.

Apesar de não ser possível determinar previamente localização exata da instalação da tecnologia em relação ao domicílio/moradia, existem algumas variáveis genéricas e fundamentais que devem ser consideradas no processo e que podem ser consideradas, independentemente das condições ambientais do domicílio, conforme especificado abaixo.

- O acesso à instalação sanitária domiciliar deve ser feito a partir da casa com a menor distância possível, não sendo necessário qualquer afastamento para se evitar mau cheiro;
- A cota do piso do banheiro deve evitar inundação e ser suficiente para se atingir a fossa, cujo topo também deve evitar inundação;
- Tanto a instalação sanitária domiciliar como a fossa devem estar em pontos os mais elevados possíveis, para garantir melhor qualidade do solo e evitar escoamento em época de inundação e/ou alagamentos;
- A cota da instalação sanitária domiciliar deve permitir a chegada da água da caixa de 1.000 litros por gravidade até os pontos de uso;
- A locação da caixa de 1.000 litros que recebe água da chuva deve estar relacionada com uma calha em boas condições e pode estar a alguma distância da instalação sanitária domiciliar, pois a água vai por meio de tubulação até ela;
- Em situações em que haja interesse em ampliar a casa, pode-se pensar na locação do banheiro para atender a essa ampliação;
- Evitar locar banheiro ou fundação para a caixa d'água em local com solo comprometido (formigueiro, fossa antiga, dificuldade de escavação, locais desnivelados).

Uma vez que definido o local, é possível avançar com os demais procedimentos necessários à montagem e instalação dos seguintes componentes: i) estrutura para captação da água de chuva domiciliar; ii) instalação sanitária domiciliar e pia de cozinha e iii) sistema de abastecimento de água complementar.

4.3.2. Componente para captação de água de chuva

O componente para captação da água de chuva envolve o posicionamento e montagem das calhas de coleta de água de chuva no beiral do telhado da unidade domiciliar e é instalado ao longo de uma das águas do telhado.

As calhas devem ser instaladas de forma adequada para coletar e transportar a água da chuva captada no telhado. O condutor deve ser instalado para conduzir a água da chuva por gravidade até parte superior do reservatório. Entre a calha e o reservatório deve ser instalado um dispositivo de descarte da primeira água da chuva.

Uma vez instalado o componente para captação de água de chuva, ajusta-se a instalação do componente de descarte da primeira água, que deverá estar localizada nas proximidades da caixa d'água de 1.000 litros.

A calha deve ser instalada no telhado garantindo que o desnível seja favorável para que o fluxo da água da chuva seja direcionado por gravidade para a caixa d'água de 1.000 litros.

O tratamento mínimo pelo qual a água deve passar é a passagem da água por um separador de folha e o descarte da água de primeira chuva, normalmente contaminada por fezes de animais, como pássaros, ratos e gatos, poeira, fuligem, etc.

O componente de descarte da primeira água chuva é composto por uma tubulação vertical de 100 mm e um registro na base. Depois de cada chuva, o registro deverá ser aberto para descartar a água acumulada na tubulação vertical. Essa tubulação vertical do descarte deve ser escorada por uma estrutura de madeira.

Como etapa subsequente ao tratamento simplificado de descarte da primeira água, recomenda-se o uso de um filtro para separação de material particulado finos.

Assim, a água armazenada na caixa de 1.000 litros é filtrada por um filtro de geossintético, para remoção de sólidos suspensos finos. Esse filtro está localizado na saída da caixa de 1000 litros. Esse filtro é roscável na saída da caixa e é facilmente removido para limpeza.

Os geossintéticos não tecidos são mantas fabricadas pela deposição aleatória de fibras poliméricas (monofilamentos contínuos ou cortados), principalmente poliéster e polipropileno.

As principais vantagens proporcionadas pelos geossintéticos como elemento filtrante, em relação a outros meios convencionais, como a areia, estão especificadas abaixo e justificam sua escolha como meio filtrante da água de chuva:

- Menor espessura do filtro;
- Características controladas e regulares por se tratar de um produto industrial;
- Facilidade de instalação e manutenção; e
- Baixo custo.

Orientações

O componente de captação da água de chuva deve ser construído para garantir que a água captada no telhado seja conduzida por gravidade para o reservatório de 1.000 litros.

Um dispositivo de descarte da primeira água de chuva deve ser instalado entre a calha e a caixa de 1.000 litros. A tubulação vertical do descarte deve ser escorada por uma estrutura de madeira.

4.3.3. Estrutura para suporte do reservatório individual que abastece a Instalação Sanitária Domiciliar (ISD)

O primeiro passo para a construção da ISD, independente do material utilizado para a construção, é a locação do espaço que será utilizado para construção dessa estrutura. O local escolhido deverá ser regularizado e o nível do local escolhido deverá estar no mínimo 0,2 m do nível de alagação. Em cima desse local regularizado deverá ser implementado o contrapiso e piso. A próxima etapa é implementação da estrutura de fixação da ISD, posteriormente as paredes, portas, telhado e, por fim, a instalação hidráulica e o piso.

A observação dessas etapas de execução independe do material (placa ou tijolo) que será utilizado para a construção da ISD. Vale destacar que na escolha do material deve-se optar por aquele que for mais adequado às características locais e à disponibilidade de materiais.

A água para abastecer os componentes hidráulicos da ISD ficará reservada em um reservatório de 1.000 litros, que deverá ser posicionado em uma estrutura de suporte, que garanta a estabilidade do reservatório, anexa ao beiral do domicílio da família beneficiada, garantindo a integridade da ISD.

O dimensionamento da altura da estrutura de suporte tem como condicionante a altura da calha instalada no telhado. Ou seja, a água de chuva captada no telhado deve ser conduzida por gravidade da calha até a tampa da caixa d'água. Portanto, quanto mais baixa for a altura da caixa d'água de 1.000 litros disponível no mercado, melhor será o funcionamento do sistema.

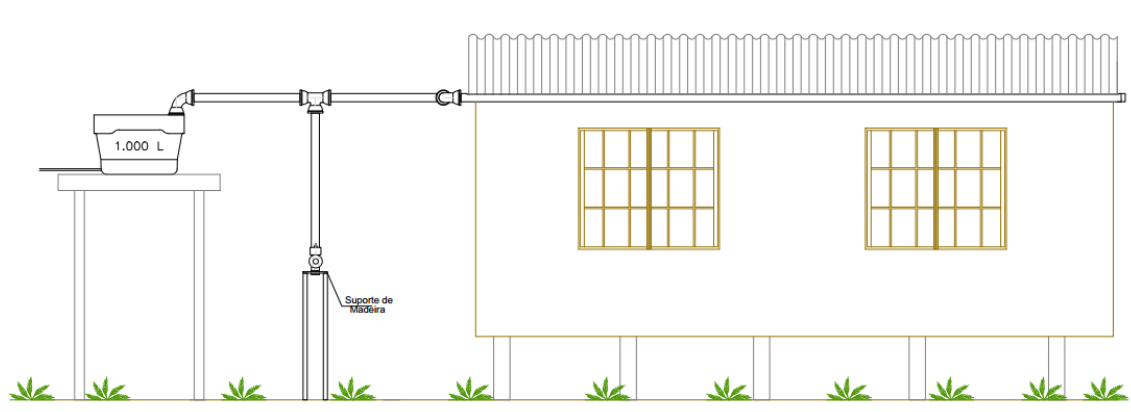
Por sua vez, a altura da estrutura de suporte condiciona o posicionamento do chuveiro dentro da instalação sanitária domiciliar, sendo que o desnível entre a base da caixa d'água de 1.000 litros e o chuveiro deve ser de no mínimo 20 cm com o ponto de uso na instalação sanitária domiciliar, para que haja pressão de água para o uso da água no chuveiro e nos pontos de uso na instalação sanitária domiciliar e pia de cozinha.

Para a construção da estrutura de suporte do reservatório individual é preciso preparar as madeiras que serão utilizadas para o suporte do reservatório. A quantidade de madeira utilizada para construção do suporte varia em função da altura do beiral do telhado. O suporte é composto por 4 pilares e uma base de cerca de 2 x 2 metros. Os pilares devem ser enterrados cerca de 0,6 m e travados com uma estrutura na base que fixa um pilar no outro. Esse componente de trava é extremamente importante para garantir a estabilidade da estrutura e da caixa d'água posicionada acima dela.

Após a construção desse suporte a parte hidráulica (caixa e canos) são instalados e interligados com o componente para captação da água de chuva e os componentes hidráulicos da instalação sanitária domiciliar.

A Figura 1 apresenta um desenho esquemático dos componentes de captação da água de chuva.

Figura 1: Desenho esquemático com os itens que compõem o componente de captação da água de chuva.



A Tabela 1 descreve uma lista exemplificativa dos materiais e mão de obra considerados necessários para a instalação do componente de captação da água da chuva.

Tabela 1: Descrição exemplificativa dos itens que compõem o componente de captação da água de chuva.

Especificação dos materiais	Quant.	Unid.
JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	3	unid
TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	10	m
REDUCAO PVC PBA, JE, PB, DN 100 X 50 / DE 110 X 60 MM, PARA REDE DE ÁGUA	1	unid
CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIETILENO, 1000 LITROS, COM TAMPA	1	unid
ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D'AGUA	1	unid
CAP PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	1	unid

REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 60 MM, COM CORPO DIVIDIDO	1	unid
TE SANITARIO, PVC, DN 100 X 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	1	unid
SUPORTE PARA CALHA DE 150 MM EM ACO GALVANIZADO	4	unid
REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	1	unid
PRANCHA APARELHADA *4 X 30* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	20	m
VIGA NAO APARELHADA *8 X 16* CM EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	14	m
CAIBRO NAO APARELHADO *6 X 6* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	30	H
TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,44 X 0,50 M (SEM AMIANTO)	20	H
VIGA NAO APARELHADA *6 X 12* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	22	m
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 33 (3 X 9)	1	unid
MARCENEIRO (HORISTA)	24	unid
ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	8	unid

4.3.4. Instalação Sanitária Domiciliar

A instalação sanitária domiciliar (ISD) consiste em uma estrutura física que integra um cômodo anexo ao domicílio, contendo uma pia, um chuveiro, um vaso sanitário, e uma fossa.

A instalação sanitária domiciliar deve ser instalada próxima ao domicílio por dois fatores:

- garantir o aproveitamento da água de chuva e o transporte da água por gravidade; e
- para que alguns benefícios relacionados ao acesso à água dentro dessa proposta de tecnologia social sejam alcançados, como por exemplo, conforto, alta acessibilidade à água e privacidade.

O material utilizado para a construção da estrutura física da ISD é variável e depende fundamentalmente da logística de transporte até a família beneficiada. Assim, para a região amazônica, podem ser utilizados dois tipos de materiais para a construção desse componente físico placa de concreto pré-moldada ou tijolo com parede rebocada. Destaca-se que o valor unitário de referência da ISD para quaisquer desses materiais é equivalente.

Importante registrar que existem variações em função da ISD a ser implantada em unidades familiares localizadas em ambiente de várzea, que ficam alagadas ao longo de alguns meses por ano, em relação àquelas unidades em ambiente de terra firme. As condições ambientais de ambientes de várzea implicam que as unidades familiares e a

comunidade em si fiquem em local completamente alagado. A estratégia construtiva usual para os domicílios é a construção em palafitas, onde a cota do piso da moradia sempre fica acima dessa cota de inundação.

Diante desse cenário, os componentes físicos da tecnologia social devem preconizar que a cota do piso da ISD e o topo da fossa simplificada fiquem acima da cota de inundação em pelo menos 20 cm.

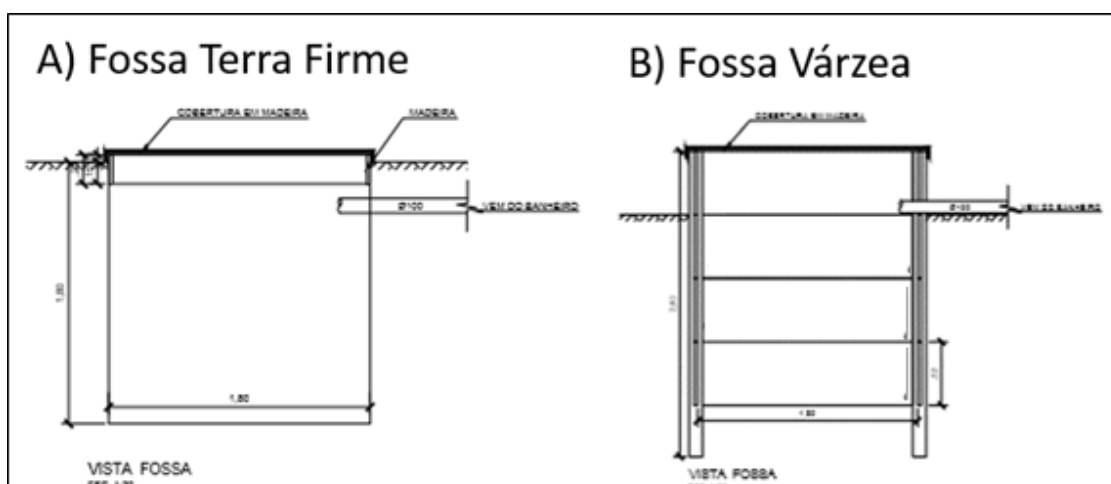
Para isso, os arranjos necessários para a implantação das tecnologias em ambientes de várzea demandam modificações em termos de quantidade de material utilizado no processo construtivo da ISD e da fossa, quando comparados com a instalação desses componentes em ambientes de terra firme.

Por questões de segurança e durabilidade, a infraestrutura sobre a qual a instalação sanitária domiciliar ficará assentada implica em um acréscimo significativo no volume de materiais usualmente empregados para ambientes de terra firme.

No caso da fossa, enquanto em ambiente de terra firme a contenção do solo é feita de forma simplificada, com uma parede de tijolo desencontrado ou placa de concreto na faixa de 20 cm abaixo do solo, para a condição de várzea todas as paredes da fossa devem ser estabilizadas com uma parede de tijolo desencontrado ou placa de concreto, a fim de manter a estrutura da fossa. Ademais, uma parede estrutural deve ser construída para que o topo com a tampa da fossa fique acima da cota de inundação em pelo menos 20 cm (Figura 2).

Na maioria dos casos o cano que conduz o esgoto da ISD até a fossa será inserido nessa parede que fica em cima do nível do solo/alagação.

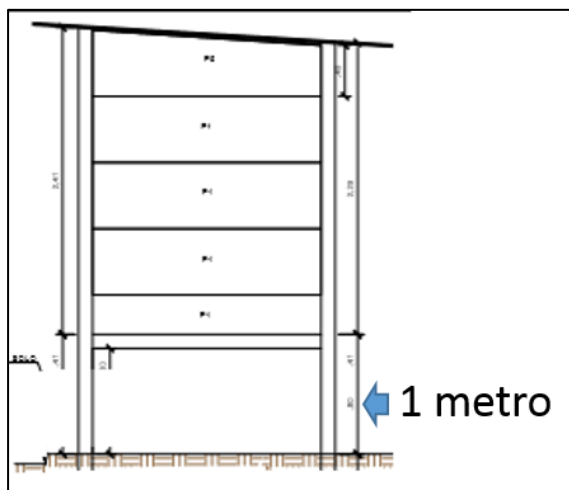
Figura 2: Desenho esquemático de fossa desenhada para ambiente de Terra Firme (A) e para ambiente de Várzea (B).



Para se conseguir com que a instalação sanitária domiciliar seja implementada numa cota adequada em relação ao nível de alagação do ambiente de várzea, a experiência

demonstra que é necessário que o piso fique algo da ordem de 1,0 m acima do nível do solo local, conforme demonstrado na Figura 3 abaixo.

Figura 3: Desenho esquemático de uma instalação sanitária domiciliar desenhada para ambiente de várzea.



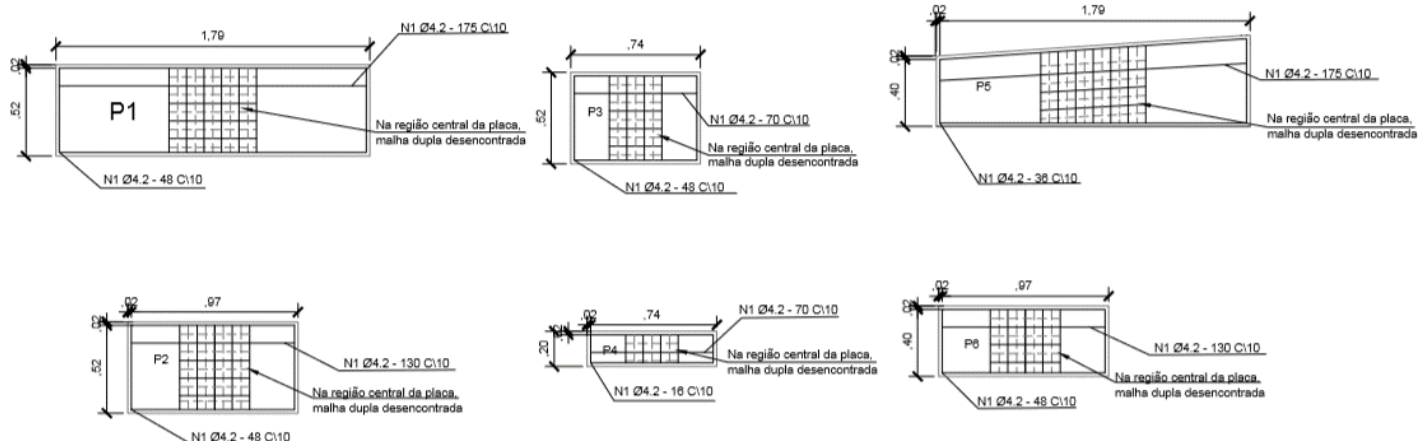
Tais critérios técnicos associados às peculiaridades do ambiente de várzea devem ser considerados no processo construtivo da ISD seja qual for o material utilizado para a construção da estrutura dela (placa de concreto pré-moldadas ou tijolo).

4.3.4.1. Processo construtivo da ISD de placas de concreto pré-moldado

O primeiro passo para a construção da ISD com placas de concreto pré-moldado é a preparação das formas metálicas das placas e pilares. Uma vez construídas essas formas, inicia-se o processo de fabricação das placas e dos pilares de concreto pré-moldado.

As placas devem ser construídas com uma malha de ferro dupla no meio das placas, conforme detalha da figura abaixo.

Figura 4: Descrição da malha de ferro



Essa malha dupla é fundamental no processo construtivo das placas, pois reforça a estrutura e viabiliza um transporte seguro dela, principalmente quando o transporte de

material se dá por longas distâncias e em condições precárias, que é o caso dos domicílios atendidos pelas tecnologias sociais na Amazônia.

Uma vez prontas, as placas serão transportadas até as famílias beneficiadas onde se inicia o processo de montagem da ISD. Algumas partes da ISD são feitas de madeira, tais como a base do telhado e a porta. Portanto, as partes de madeiras também têm que ser beneficiadas antes do transporte do material até a família beneficiada.

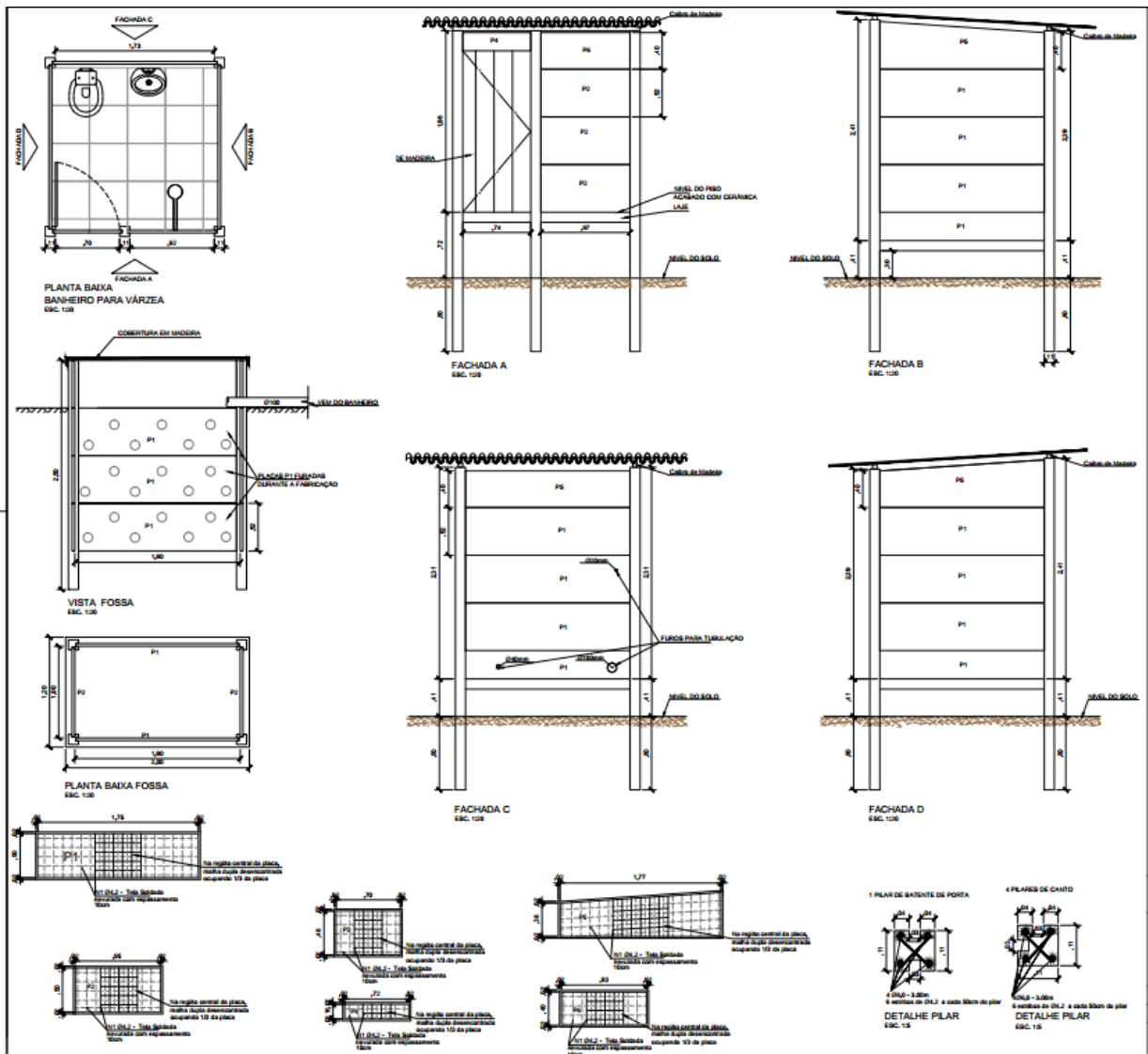
Após a construção das placas e pilares, ocorre o transporte desse material até a família beneficiada, onde o ocorre a montagem da ISD pela família beneficiada. Para iniciar o processo de construção da ISD é preciso cavar buracos no solo para embutir os pilares que dão suporte a ISD.

As placas são encaixadas nos pilares e rejuntadas com cimento na união das placas. A porta da ISD é construída com madeira. A cobertura da ISD é construída com ripas de madeira e a cobertura é de telhas e a porta de madeira.

Após essa etapa a parte hidráulica é instalada. A água cinza proveniente da pia de cozinha, do chuveiro e da pia da ISD são coletadas por tubulação única e seu destino é a infiltração no solo.

A base para se estimar a altura de construção da ISD em relação ao solo é o nível de alagação mais alto observado na área da família beneficiada, a fim de garantir que o piso da ISD fique no mínimo 20 cm acima do nível de alagação.

Figura 5: Desenho esquemático da Instalação Sanitária Domiciliar de placa de concreto pré-moldado adequada para ambiente de Várzea



A tabela 2 descreve de maneira exemplificativa o material e mão de obra considerados necessários para a construção da ISD de placa de concreto pré-moldado.

Tabela 2: Descrição exemplificativa dos itens que compõem a estrutura de construção da ISD- placa de concreto pré-moldado para ambiente de várzea.

Especificação dos materiais	Quant.	Unid.
ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	8	unid
ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	1	unid
ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	1	kg
AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	1,5	M ³
ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	30	Kg
PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COMERCIAL (PADRAO POPULAR), PEI MAIOR OU IGUAL A 3, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	4	M ²

ARRUELA EM ACO GALVANIZADO, DIAMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18MM	100	Un.
ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	1	unid
PARAFUSO M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 500 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MÁQUINA, COM CABECA SEXTAVADA E PORCA	8	unid
BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 25 X 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	2	unid
CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)	1	unid
DUCHA / CHUVEIRO PLASTICO SIMPLES, 5 ", BRANCO, PARA ACOPLAR EM HASTE 1/2 ", ÁGUA FRIA	1	unid
CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	750	kg
ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	1	unid
LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, COM COLUNA, DIMENSOES *44 X 35* CM (L X C)	1	unid
ACO CA-60, 4,2 MM OU 5,0 MM, DOBRADO E CORTADO	3	Kg
FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO	2	unid
FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 10 M (L X C)	2	unid
JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	4	unid
JOELHO PVC, SOLDAVEL, BB, 90 GRAUS, SEM ANEL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL SECUNDARIO	6	unid
JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 20 MM, COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	6	unid
JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", COR MARROM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	4	unid
JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	2	unid
JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	8	unid
LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	6	unid
LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 20 MM X 1/2", PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	10	unid
PARAFUSO ZINCADO 5/16 " X 250 MM PARA FIXACAO DE TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 49, INCLUI BUCHA NYLON S-10	40	unid
PARAFUSO DE LATAO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	2	unid
BANCADA/BANCA/PIA DE ACO INOXIDAVEL (AISI 430) COM 1 CUBA CENTRAL, COM VALVULA, ESCORREDOR DUPLO, DE *0,55 X 1,20* M	1	unid
PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 5/8"	8	unid
PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	1	unid
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2 X 13)	1	Kg
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 16 X 27 (2 1/2 X 12)	1	Kg
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	1,5	Kg
PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	1,5	Kg
BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 50 X 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	1	unid
REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 20 MM, COM CORPO DIVIDIDO	1	unid

SEIXO ROLADO PARA APLICACAO EM CONCRETO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	0,8	M ³
TE SANITARIO, PVC, DN 40 X 40 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	1	unid
TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	2	unid
TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	5	unid
TE PVC, SOLDABEL, COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	4	unid
TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-138, (2,20 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	23	M ²
TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,13 X 0,50 M (SEM AMIANTO)	5	unid
TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	18	litro
TORNEIRA PLASTICA PARA TANQUE 1/2 " OU 3/4 " COM BICO PARA MANGUEIRA	1	unid
TORNEIRA PLASTICA DE MESA, BICA MOVEL, PARA COZINHA 1/2 "	1	unid
TUBO PVC, SOLDABEL, DE 20 MM, ÁGUA FRIA (NBR-5648)	1	unid
TUBO PVC, SOLDABEL, DE 25 MM, ÁGUA FRIA (NBR-5648)	3	unid
TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	2	unid
TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	4	unid
VALVULA EM PLASTICO BRANCO PARA LAVATORIO 1 ", SEM UNHO, COM LADRAO	1	unid
VALVULA EM PLASTICO BRANCO PARA TANQUE 1.1/4 " X 1.1/2 ", SEM UNHO E SEM LADRAO	1	unid
BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO APARENTE, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	1	unid
CHAPA DE ACO FINA A FRIO BITOLA MSG 20, E = 0,90 MM (7,20 KG/M2)	60	Kg
ACO CA-60, 6,0 MM OU 7,0 MM, DOBRADO E CORTADO	35	kg
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO	1	unid
FILTRO DE BARRO DE 8 LITROS	1	unid
MARCENEIRO (HORISTA)	12	H
PEDREIRO (HORISTA)	72	H
PINTOR (HORISTA)	8	H
ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	24	H

Orientações

A instalação sanitária domiciliar (ISD) consiste na estrutura física de um cômodo anexo ao domicílio, composta por uma pia, um chuveiro, um vaso sanitário, e uma fossa. Todos os pontos de uso da ISD e a pia de cozinha devem ser abastecidos por gravidade com água armazenada nos reservatórios.

A ISD deve ser instalada próxima ao domicílio por dois fatores: 1) garantir o aproveitamento da água de chuva e o transporte da água por gravidade e 2) para que alguns benefícios relacionados ao acesso à água dentro dessa proposta de tecnologia social sejam alcançados, como por exemplo, conforto, acessibilidade à água e privacidade.

O piso da ISD deve ser construído acima do nível de alagação.

4.3.4.2. Fossa

O volume das descargas dos vasos sanitários das ISD compõe o esgoto sanitário que é destinado para uma fossa simplificada implantada em cada domicílio. Assim os efluentes são coletados, tratados ou destinados de modo individual.

O projeto das instalações sanitárias domiciliares foi desenvolvido para a realidade das comunidades localizadas na região Amazônica e foi elaborado considerando questões técnicas, ambientais, sociais, culturais e econômicas da região.

As fossas simplificadas utilizadas no projeto têm por objetivo receber excretas dos vasos sanitários com volume de descarga reduzido, denominado águas negras, e, portanto, não recebem esgoto como nas unidades convencionais onde todo o esgoto produzido na residência (com 95% de volume de água) é destinado à fossa séptica. Com esta separação dos efluentes entre águas negras e águas cinzas, o sistema concebido para essas comunidades tem o funcionamento muito semelhante ao de uma fossa seca, a qual tem sido utilizada como alternativa para disposição de excretas para o meio rural e por isso foi denominada de “fossa simplificada”.

A escolha dessa alternativa tecnológica considerou, além de aspectos ambientais, como o tipo de solo, questões socioeconômicas, notadamente a inexistência de serviços de limpa fossa na maioria das áreas rurais dos municípios da região Amazônica. A inexistência desses serviços inviabilizaria a operação e manutenção de propostas de fossas sépticas, quando essas alcançassem sua capacidade suporte, gerando assim, um problema de saúde pública e ambiental para os moradores das comunidades.

Por outro lado, a operação e manutenção, da proposta de fossa simplificada supõem que, uma vez que esta tenha atingido sua capacidade volumétrica máxima (estimada

para cerca de 40 anos para uma família com 7 integrantes), ela seja desativada e se inicie a construção de uma nova fossa nas suas proximidades.

Esse procedimento pode ser realizado pelos próprios comunitários e o espaçamento entre as casas permite a implantação de nova unidade receptora.

A fossa deverá ser construída para ter um volume útil de 2 a 3 m³. Sugere-se que as fossas simplificadas sejam construídas com profundidade média de 1,5 m.

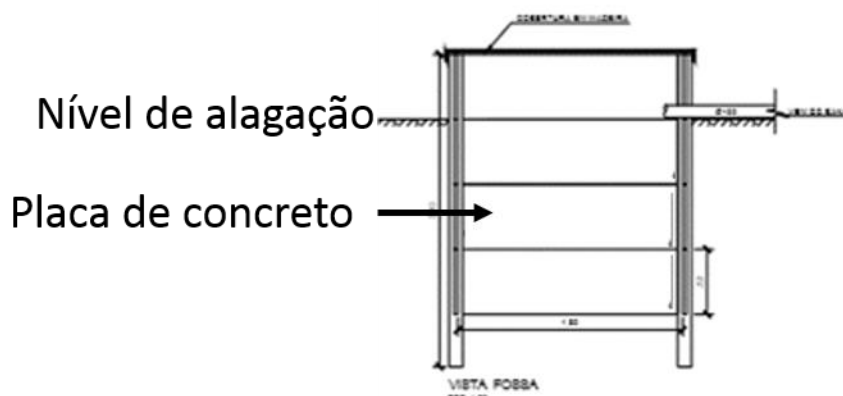
O formato que garante a melhor estrutura da fossa é o circular, mas poderá haver variação no formato de acordo com o tipo de terreno onde as fossas forem instaladas.

A fossa deverá ser revestida com uma parede de tijolo desencontrado ou placas de concreto, a fim de conter o solo e dar estabilidade a estrutura da fossa. Ademais, sugere-se a faixa de 20 cm abaixo do solo e a faixa de até 20 cm acima do nível do solo seja feita com uma parede de tijolo contínua e rebocada ou placas pré-moldadas.

A fossa deverá ser coberta com uma tampa que seja uma estrutura segura que garanta o isolamento dela. Não é necessário revestir o fundo da fossa.

Em ambientes de várzea, as paredes laterais da fossa deverão ser revestidas, garantindo que o topo da fossa simplificada fique acima da cota de inundação em pelo menos 20 cm.

Figura 6: Modelo de Fossa para ambiente de Várzea



A locação da fossa deve considerar a declividade do terreno, de forma que a tubulação que está acoplada ao vaso sanitário esteja mais alta do que a inserção da tubulação na fossa.

O tubo utilizado para unir a saída do vaso sanitário à entrada da fossa deve ter no máximo 6 metros. No caso das fossas construídas em ambiente de várzea, esse tubo deve ser apoiado em cima de um suporte de madeira instalado ao longo do tubo a cada 2 metros.

As especificações de material e mão de obra para implementação da fossa nas unidades familiares estão descritas nas tabelas que descrevem os materiais das Instalações Sanitárias Domiciliares, apresentadas a seguir.

A tabela 3 é uma lista exemplificativa dos materiais e da mão de obra considerados necessários para a construção da fossa.

Tabela 3: Descrição exemplificativa dos itens que compõem os materiais de construção da fossa para o ambiente de várzea.

Especificação dos materiais	Quant.	Unid.
TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA FOSSA, D = 1,50 M, E = 0,05 M	1	Und
AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	0,4	M ³
CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	160	kg
BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, FUIROS NA VERTICAL, 9 X 19 X 39 CM (NBR 15270)	180	Und
PEDREIRO (HORISTA)	14	H

Orientações

A fossa deverá ser construída garantindo que o topo da fossa simplificada fique acima da cota de inundação em pelo menos 20 cm.

A fossa deverá ser coberta com uma tampa que seja uma estrutura segura que garanta o isolamento dela.

4.3.5. Sistema de abastecimento de água domiciliar complementar

A tecnologia pressupõe um sistema de abastecimento de água que viabilize o acesso à água suficiente para consumo humano com qualidade, acessibilidade e privacidade. Para tanto, é necessário um sistema de abastecimento complementar ao sistema de captação de água de chuva acoplado a instalação sanitária domiciliar para garantir o acesso à água ao longo dos meses de escassez de água da chuva.

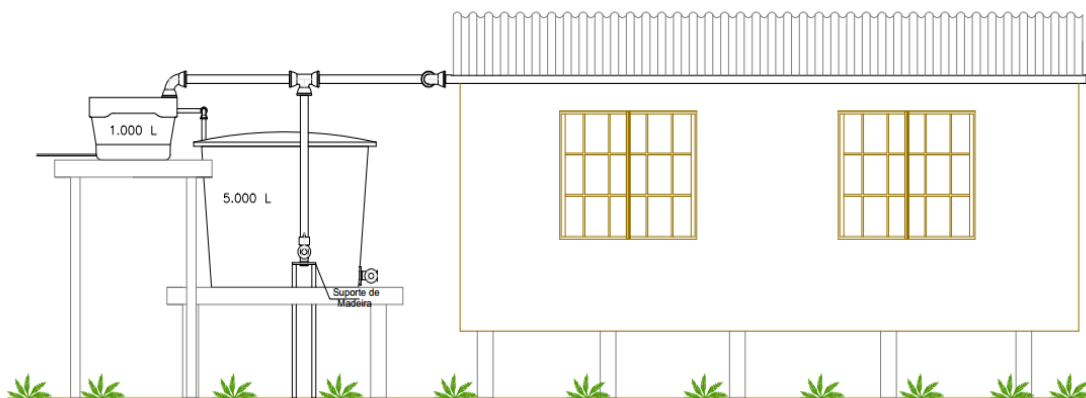
No caso de unidades domiciliares isoladas, esse sistema é composto por um sistema de reservação que amplia a capacidade de armazenamento da água de chuva. O volume da água da chuva captada no telhado do domicílio que exceder a capacidade de reservação da caixa d'água de 1.000 litros será direcionado para um reservatório que tenha uma capacidade de acumular 5.000 litros de água de chuva.

O desenho esquemático da presente tecnologia exemplificada esse volume de reservação com uma caixa d'água de 5.000 litros. Entretanto, no processo construtivo da tecnologia é possível compor esse volume com mais de um reservatório (por exemplo, um de 3 mil litros e um de 2 mil litros) a fim alcançar o acúmulo desejado de

5.000 litros. De qualquer forma, é fundamental que a água acumulada na caixa de 1.000 litros consiga passar para o reservatório complementar por gravidade.

A altura da estrutura que dá suporte a caixa d'água de 5.000 litros deve ser regulada de forma que a parte alta da caixa esteja nivelada com a parte alta da caixa de 1.000 litros. Esse processo é importante para otimizar o uso da água por gravidade armazenada na caixa de 5.000 litros, conforme ilustrado na Figura 7.

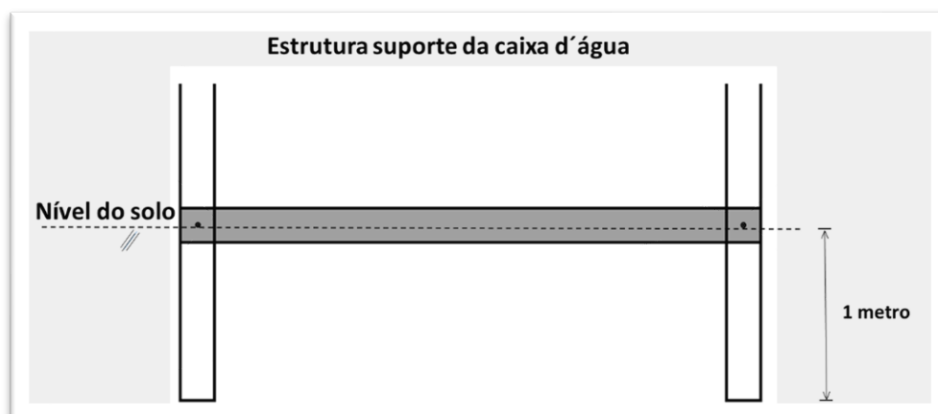
Figura 7: Desenho esquemático do componente complementar e componentes de captação de água de chuva.



A estrutura que dá suporte a caixa de 5.000 litros deverá ter na sua base uma estrutura quadrada de amarração, a fim de aumentar a área de contato da estrutura com o solo, garantindo uma melhor distribuição do peso da caixa d'água no solo.

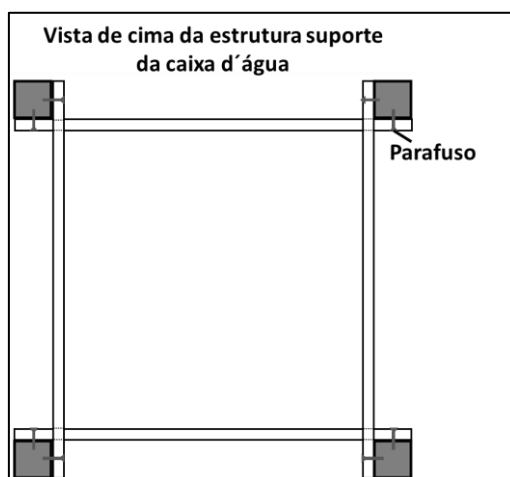
Para garantir a função de apoio estrutural dessa estrutura, é preciso que essa estrutura quadrada seja enterrada pela metade no solo a fim de garantir que toda a área adicional esteja efetivamente apoiada no solo. Essa proposta pode ser visualizada na Figura 8.

Figura 8: Esquema da locação em relação ao solo da estrutura de amarração construída na base da estrutura que dá suporte a caixa de 5.000 litros.



Vale destacar que a estrutura deve ser parafusada nos pilares a fim de garantir a sustentação da força exercida pelo peso da caixa d'água, conforme ilustrado na figura 9.

Figura 9: Visão de cima da estrutura de amarração construída na base da estrutura que dá suporte a caixa de 5.000 litros.



A Tabela 4 descreve de forma exemplificada o material e mão de obra considerados necessários para a construção da ISD de placa de concreto pré-moldado.

Tabela 4: Descrição exemplificativa dos itens que compõem o sistema de reservação individual complementar

Especificação dos materiais	Quant.	Unid.
VIGA NAO APARELHADA *8 X 16* CM EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	16	m
PRANCHA APARELHADA *4 X 30* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	30	m
CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO DE 5000 LITROS, COM TAMPA	1	unid
REDUCAO EXCENTRICA PVC, SERIE R, DN 150 X 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	3	unid
TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	2	unid
TUBO PVC, SOLDAVEL, DE 20 MM, ÁGUA FRIA (NBR-5648)	45	m
REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 20 MM, COM CORPO DIVIDIDO	2	unid
TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	1	unid
ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	1	unid
ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 20 MM X 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	1	unid
UNIAO PVC, SOLDAVEL, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	3	unid
MARCENEIRO (HORISTA)	16	H
ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	4	H

Orientações

O componente complementar de reservação de água de chuva deverá viabilizar o acúmulo de 5.000 litros, sendo possível compor esse volume com mais de um reservatório.

A altura da estrutura que dá suporte ao reservatório deve ser regulada de forma que a parte alta da caixa esteja nivelada com a parte alta da caixa de 1.000 litros. Esse processo é importante para otimizar o uso da água da chuva por gravidade.

A estrutura que dá suporte ao reservatório deve ser amarrada/travada para garantir a estabilidade e distribuição de peso do reservatório.

4.3.6. Entrega de Filtro de Barro

Assim que finalizada a construção da tecnologia, a família beneficiada deverá receber um filtro de barro de 8 litros com vela, sendo esse equipamento considerado um dos mais eficientes para a retenção de partículas e microrganismos com potencial de causarem doenças.

4.3.7. Placa de Identificação

Finalizados os procedimentos relativos à pintura e construção da tecnologia, deverá ser instalada a placa de identificação, conforme modelo padrão definido pelo Ministério e disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/acesso-a-agua-1/legislacao>.

4.3.8. Remuneração dos envolvidos no processo construtivo

A remuneração dos envolvidos na construção está incluída no valor de referência da tecnologia e descrita em cada tabela que descreve os componentes físicos da tecnologia social.

5. Detalhamento da prestação do serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva

Para prestação do serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva compreende o planejamento, execução e avaliação de atividades individuais e coletivas, realizadas com vistas à inclusão social e produtiva, a promoção da segurança alimentar e nutricional e incremento da produção e renda dos beneficiários.

As atividades decorrentes deste acompanhamento resultarão no diagnóstico da família, na elaboração e acompanhamento do projeto produtivo, com orientações sobre as atividades a serem executadas, e na promoção de capacitações que permitam o devido aproveitamento da tecnologia social para o desenvolvimento de atividades produtivas. Também serão realizadas ações de inclusão social para apoio no acesso a políticas públicas, melhoria nas condições de segurança alimentar e nutricional, educação financeira e outras medidas adequadas para a superação de vulnerabilidades sociais dos beneficiários.

5.1. Diagnóstico das famílias

O diagnóstico consiste em atividade individual junto à unidade familiar, com duração de pelo menos 04 (quatro) horas, que pode compreender um conjunto de métodos e instrumentos participativos, tais como entrevista, caminhada, calendário, fluxograma, entre outros, e que tem por objetivo identificar todos os membros da família beneficiária, suas condições socioeconômicas (trabalho familiar, patrimônio, renda, acesso a políticas públicas, associativismo), fatores de produção (atividades produtivas, infraestrutura, aspectos ambientais, acesso a mercados), vulnerabilidades, potencialidades, entre outras informações.

A atividade exige preenchimento de formulário específico cujos dados deverão ser inseridos em sistema eletrônico indicado pelo MDS.

Nesta atividade poderá ser realizado mapeamento georreferenciado das formas de uso e ocupação da terra, verificação de dados meteorológicos, espaciais e cartográficos, bem como verificação de outros dados úteis para a etapa de planejamento do projeto de estruturação produtiva da unidade familiar.

5.2. Elaboração de Projeto Produtivo

Para que a tecnologia atenda às expectativas de criação de um sistema familiar e/ou coletivo de produção de alimentos ou mesmo de aumento da capacidade produtiva já existente, é desejável – mas não vinculante – que a infraestrutura esteja associada a elementos que permitam potencializar desde a produção e\ou processamento de frutas e hortaliças à criação de pequenos animais, como aves, entre outras opções de projeto produtivo que auxiliem no aumento da produção, renda e segurança alimentar e nutricional das famílias.

Nesse sentido, a elaboração de projeto produtivo, associado à prestação do serviço de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva, deve ajustar-se à diversidade de objetivos das famílias, ao bioma e às oportunidades oriundas de cadeias produtivas locais.

A elaboração do projeto de estruturação produtiva, com duração de pelo menos 3 (três) horas, tem por objetivo definir ações visando à qualificação da produção, comercialização, melhoria da infraestrutura, organização social, gestão da unidade

familiar, simulações de atividades agrícolas, não-agrícolas e/ou extrativistas, considerando fatores de produção disponíveis e as necessidades de novos investimentos, de forma a proporcionar aumento da produção e da renda e melhoria de indicadores sociais e ambientais.

A atividade exige preenchimento de formulário específico cujos dados deverão ser inseridos em sistema eletrônico indicado pelo MDS.

O projeto deverá contemplar: (i) atividades geradoras de renda, podendo envolver atividade agrícolas, extrativistas e/ou não-agrícolas, (ii) definição dos insumos, ferramentas/equipamentos e infraestrutura que serão utilizados, (iii) organização do excedente de produção, (iv) acesso ao mercado, (v) uso de tecnologias adequadas à realidade local e ao perfil do público, (vi) orientações técnicas para cada atividade a ser desenvolvida, (vii) cronograma de execução e (viii) instrumentos para viabilização das atividades propostas, abrangendo desde os recursos do fomento, projeto de crédito e outras fontes de investimento.

O planejamento do projeto produtivo deve ser realizado em conjunto com os integrantes da unidade familiar, podendo compreender um conjunto de métodos e instrumentos participativos, tais como matrizes de planejamento, visão de futuro, priorização de problemas, entre outros, considerando o protagonismo da juventude rural e a valorização das atividades produtivas das mulheres, de modo a reduzir desigualdades de geração e de gênero.

Uma vez o projeto produtivo definido, e caso a tecnologia seja integrada ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, deve ser assinado o Termo de Adesão Familiar específico, por meio do qual a família se compromete a utilizar o recurso que será repassado diretamente à família na execução do projeto produtivo elaborado.

É importante destacar que as atividades de elaboração do diagnóstico e do projeto produtivo, bem como a assinatura do Termo de Adesão Familiar, são requisitos para o repasse da primeira parcela dos recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, caso exista a previsão de inclusão da família nesse Programa.

O prazo entre o planejamento do projeto produtivo e a disponibilização dos recursos do Fomento Rural para as famílias é variável e depende da atuação (i) da entidade executora, no trabalho de campo e na inserção documental em sistemas eletrônicos, (ii) do responsável pela fiscalização e (iii) do MDS e da Caixa Econômica Federal, operador financeiro do programa, os quais realizam processamento e validação de dados do sistema com o Cadastro Único para finalmente proceder à transferência dos recursos.

A partir da análise da situação de cada comunidade atendida bem como da concordância das famílias beneficiadas, o projeto produtivo poderá ser estruturado de forma individual e coletiva, sendo atribuição da entidade executora o planejamento e condução das atividades que viabilizem tal arranjo.

5.3. Atividades Individuais e coletivas

Serão executadas 4 (quatro) atividades individuais de assessoria, com duração de pelo menos 2 (duas) horas cada, e mais 3 (três) atividades coletivas de um dia cada, realizadas para acompanhamento do projeto produtivo da unidade produtiva familiar e de seus componentes coletivos (onde houver), para fornecimento de orientações técnicas e atualização dos dados de diagnóstico.

A metodologia a ser utilizada deve facilitar a participação de mulheres com filhos.

A atividade exige preenchimento de formulário específico, no caso da atividade individual, e de lista de presença, no caso da atividade coletiva, cujos dados deverão ser inseridos em sistema eletrônico indicado pelo MDS.

O objetivo das atividades coletivas é organizar a produção individual das famílias por afinidade de atividade produtiva, por exemplo, reunir esforços de todas as famílias que produzem em um mesmo território para desenvolver atividades coletivas que otimizem o processo produtivo, escoamento e/ou comercialização da produção.

As atividades deverão apoiar os beneficiários com informações sobre sistema simplificado de manejo da água para a produção de alimentos e manejo adequado da água da tecnologia, podendo abranger os seguintes conteúdos programáticos:

- Aspectos ou tecnologias de inclusão produtiva:
 - agroecologia, transição agroecológica, sistemas agroflorestais, produção orgânica e extrativismo;
 - planejamento da produção integrada: horta, pomar/quintal, roçado, pequenos animais, apicultura, fruticultura, considerando o volume de água disponível;
 - uso das tabelas de consumo de água pelas diferentes atividades;
 - canteiros econômicos, canteiros elevados, cobertura seca, sombreamento;
 - sementes tradicionais e florestais;
 - prática de irrigação simplificada;
 - conservação e uso do solo;
 - adubos orgânicos e compostagem;
 - defensivos naturais;
 - manejo de pequenos animais;
 - produção e estocagem de alimentos para animais;
 - produção de óleos comestíveis e vegetais;

- práticas sustentáveis de extrativismo;
 - iniciativas e práticas para redução do desmatamento/degradação ambiental e recuperação da floresta;
 - produção e comercialização de bens de valor agregado (biscoitos, conservas, polpas, geleias, óleos, artesanato etc.);
 - uso, cultivo e produção de plantas medicinais;
 - processamento de pescado; e
 - outras orientações adequadas ao projeto produtivo escolhido pela unidade familiar.
- Aspectos de inclusão social:
 - promoção do acesso a outras políticas públicas (PAA, PNAE, feiras locais, PRONAF, Habitação Rural, sementes etc.);
 - organização coletiva, abrangendo a gestão dos grupos produtivos nas diferentes formas de organizações solidárias e autogestionárias (associações e cooperativas), com procedimentos para que os grupos alterem ou aprimorem sua forma de organização social, construção de instrumentos de formalização (se for de interesse dos grupos) e organização dos agricultores para produção e comercialização;
 - promoção da segurança alimentar e nutricional; e
 - emissão de documentos de identificação, educação financeira e acesso a instrumentos de crédito.

6. Custos diretos e indiretos para a implementação da tecnologia

Para a implementação da tecnologia estão previstos custos diretos e indiretos, associados a estrutura de gestão, acompanhamento e operacionalização das atividades, composta por uma equipe técnica específica, de meios logísticos adequados ao contexto de realização do projeto e de uma estrutura administrativa que seja capaz de acompanhar todas as etapas/atividades, ou seja, a mobilização social, o processo formativo e o processo construtivo, além de gestão dos processos de aquisições e prestação de contas.

Tal estrutura, e os custos inerentes a ela, compõem valor unitário da tecnologia.

6.1. Considerações em relação ao meio rural da Amazônia

O valor unitário de referência para a etapa de apoio operacional está correlacionado e foi elaborado de acordo com as peculiaridades do meio rural amazônico, que destoa da grande parte do meio rural nas outras regiões Brasileiras.

Em se tratando de meio rural amazônico, deve-se considerar alguns aspectos tais como: a distância dos centros urbanos em relação aos locais de moradia; o espaçamento entre as moradias e a distribuição das moradias no interior da floresta ou nas áreas de várzea: por exemplo, o acesso a algumas moradias pode chegar a 40 horas de viagem de barco. Além disso, o acesso às moradias está diretamente relacionado com a sazonalidade climática (estação chuvosa e estação seca), uma vez que o acesso a algumas moradias só é possível pelo rio no período das chuvas, quando as cotas dos corpos hídricos são mais elevadas e, mesmo assim, cada viagem pode durar duas ou até semanas.

Essa sazonalidade climática na região amazônica determina igualmente a dinâmica de acesso e construção de estruturas físicas nas famílias beneficiadas. Assim, na estação chuvosa, regionalmente chamada de inverno, chove muito e os corpos hídricos estão com as maiores cotas, o que facilita o acesso às moradias e a logística de transporte de materiais. Na estação seca, chove pouco e os corpos hídricos estão com suas cotas mais baixas, o que pode implicar a impossibilidade de acesso às moradias de algumas famílias pelos corpos hídricos e na inviabilização do transporte de material. Por outro lado, na estação seca, é logisticamente mais fácil executar a construção dos componentes físicos da tecnologia social.

Dessa forma, a execução de todas as etapas envolvidas na implantação da tecnologia social na região amazônica deve considerar o ritmo e custos diferenciados dessa região quando se compara à implantação da mesma tecnologia social e outras regiões rurais brasileiras.

7. Finalização e prestação de contas

Após montados e instalados os componentes físicos da tecnologia social, os técnicos de campo deverão consolidar as informações da família beneficiada em Termo de Recebimento, no qual deverá constar: o nome e CPF do beneficiário, a numeração da tecnologia social e suas coordenadas geográficas, a data de início e de fim da construção, o nome e assinatura do responsável pela coleta das informações, além de declaração assinada pelo beneficiário de que participou dos processos metodológicos de mobilização e de formação e que recebeu a tecnologia social com seus componentes em perfeitas condições de uso.

Além disso, os técnicos de campo deverão realizar registros fotográficos que permitam a visualização do beneficiário junto à tecnologia, em tomada que apresente a placa de identificação com o número da tecnologia social, a Instalação Sanitária Domiciliar, o componente para captação de água de chuva, a unidade de reservação de água de 1.000 litros e o sistema complementar de abastecimento de água, anexando-os ao Termo de Recebimento.

Como ações comprobatórias do serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva, deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

-
- Obter assinatura de beneficiários em Termo de Adesão Familiar ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
 - Preencher formulário eletrônico com as informações captadas no diagnóstico;
 - Preencher formulário eletrônico com as informações do projeto produtivo; e
 - Incluir documentos de ateste da realização para cada uma das atividades individuais e coletivas, conforme modelo a ser fornecido pelo MDS, o qual conterá, no mínimo, registros fotográficos, data e assinatura de integrante da unidade familiar beneficiária.

O ateste de cada uma das atividades associadas ao serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva serão anexados em sistema a ser indicado pelo MDS para fins de prestação de contas.

Ao final da execução do contrato, o ente ou entidade responsável pela execução deverá apresentar relatório com registro das visitas de campo realizadas após a entrega das tecnologias aos beneficiários, atestando o seu adequado funcionamento. Esse relatório deverá compor a última Nota Fiscal e deverá ser requisito para a conclusão do serviço contratado.

8. Resumo das atividades e dos custos que compõem a tecnologia social

Atividades	Meta	Atividades	Custos Financiados	Forma de Comprovação
1. Mobilização, seleção e cadastro das famílias				
1.1. Encontro de mobilização territorial/regional	1 encontro para cada meta de até 100 famílias	Até 2 dias, com até 100 participantes	Alimentação, transporte/deslocamento e material de consumo dos participantes	Lista de presença
1.2. Reunião às famílias	Todos os beneficiários	Reunião no domicílio da família	Alimentação e transporte/deslocamento do técnico de campo	Cadastro no SIG Cisternas
2. Processos formativos				
2.1. Gestão da Água e Saúde Ambiental	Todos os beneficiários	2 dias, com até 30 participantes	Alimentação, transporte/deslocamento, material didático e pagamento do instrutor	Lista de presença e cadastro no SIG Cisternas
2.2. Gestão da Água para Produção de Alimentos	Todos os beneficiários	2 dias, com até 30 participantes	Alimentação, transporte/deslocamento, material didático e pagamento do instrutor	Lista de presença e cadastro no SIG Cisternas
2.3. Técnica para a construção das tecnologias	1 capacitação para cada 100 famílias	Até 5 dias, com até 10 participantes	Alimentação, transporte/deslocamento e material didático dos participantes, além de hospedagem e pagamento do instrutor	Lista de presença e cadastro no SIG Cisternas
3. Implementação da tecnologia				
3.1. Sistema Pluvial Multiuso Autônomo para ambiente de várzea	Todos os beneficiários	1 tecnologia por unidade familiar	Componente para captação de água de chuva do telhado, dispositivo de tratamento, um reservatório individual elevado de 1.000 litros, um reservatório complementar de 5.000 litros, uma instalação sanitária domiciliar com 3 pontos de uso,	Termo de Recebimento com fotos, assinado pelo beneficiário e inserido no SIG Cisternas

			inclusive vaso sanitário, e a instalação de pia de cozinha, placa de identificação e um filtro de 8 litros com vela.	
4. Serviço de acompanhamento familiar para a inclusão social e produtiva				
4.1. Diagnóstico familiar individual	Todos os beneficiários	1 diagnóstico por unidade familiar	Alimentação, transporte/deslocamento e pagamento de instrutor/técnico de campo	Termo de Adesão ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e Ateste (s) de realização de cada atividade, assinados pelos beneficiários e inseridos no SIG Cisternas
4.2. Elaboração de projeto produtivo	Todos os beneficiários	1 projeto produtivo para cada unidade familiar	Alimentação, transporte/deslocamento e pagamento de instrutor/técnico de campo	
4.3. Atividades de acompanhamento familiar	Todos os beneficiários	4 atividades, de até 4 horas cada	Alimentação, transporte/deslocamento e pagamento de instrutor/técnico de campo	
4.4. Atividades de acompanhamento coletivo	Todos os beneficiários	3 atividades para cada grupo de 25 pessoas, de até 8 horas	Alimentação, transporte/deslocamento e pagamento de instrutor/técnico de campo	